

Haroldo Holanda *all*

Planalto ainda quer os 6 anos

No Palácio do Planalto considera-se fora de cogitação ou de simples exame qualquer iniciativa política que vise a reduzir de seis para cinco ou quatro anos o mandato do presidente Sarney. Alega-se, com base em fundamentos de ordem política e jurídica, que o presidente da República foi eleito, nos termos da atual Constituição, para um mandato de seis anos. Qualquer decisão em contrário por parte da Constituinte representaria, no entender dos que pensam assim, ato flagrantemente inconstitucional. Informa-se que a esta altura o governo já dispõe de maioria parlamentar suficiente na Constituinte para assegurar o mandato de seis anos.

Observa-se, no entanto, que para não revelar o seu jogo político antes da hora, o governo age com toda cautela e prudência. Lembra-se a esse propósito que, além do mandato presidencial, o governo tem pela frente diversas batalhas parlamentares a travar na Constituinte, nas quais será naturalmente forçado a se empenhar e a vencê-las. Precisa, portanto, se precaver. Por sua vez, o Planalto e o deputado Ulysses Guimarães têm visões distintas e opostas sobre o mandato de Sarney. O Planalto advoga o reconhecimento de que ao presidente foi conferido, por lei, o mandato de seis anos. Mas Ulysses e outras figuras eminentes do PMDB, como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, este último líder do governo no Senado, insistem na idéia dos cinco anos para o mandato presidencial. No entanto, dentro do governo aprofunda-se a convicção de que estaria havendo um distanciamento crescente entre o que pensa a maioria esmagadora das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado e os seus principais dirigentes políticos no Congresso.

O deputado Carlos Santana, líder do governo, vem ouvindo um a um os deputados do PMDB, para fazer uma radiografia tanto quanto possível exata, das inclinações e do pensamento político dos integrantes da bancada do partido na Câmara. Santana já ouviu metade dos integrantes da bancada e prossegue em sua missão. Como líder ele está tentando coordenar e consolidar de forma mais eficiente essa maioria governamental, a fim de que ela corresponda aos apelos e à orientação do Planalto. No Planalto há a convicção de que o deputado Luiz Henrique, com o grupo de vice-líderes que o assessorava, ainda não teria se apercebido das transformações operadas na bancada do PMDB, após as últimas eleições. O grupo progressista do PMDB já não deteria o comando das ações políticas da bancada, o que seria comprovado nos próximos embates políticos programados para breve na Constituinte.

Parlamentarismo

Um dos melhores amigos do presidente Sarney e seu confidente político admite que o parlamentarismo à moda portuguesa talvez venha a se constituir na solução política institucional vitoriosa na Constituinte para a forma de governo a prevalecer em breve no Brasil. No parlamentarismo português, apesar da existência do primeiro-ministro, o presidente da República continua detendo em suas mãos uma série de atribuições, especialmente aquelas mais diretamente relacionadas com a área de segurança nacional.

A principal alegação feita é a de que é humanamente impossível ao presidente da República, face à complexidade adquirida pela moderna administração do país, cuidar e resolver simultaneamente todas as questões submetidas a seu exame e crivo. Com o parlamentarismo, o presidente da República delega ao primeiro-ministro a função de governar com um ministério por ele formado. Com isso as responsabilidades maiores da administração recaem sobre os ombros do primeiro-ministro e do gabinete por ele formado.

O parlamentarismo oferece nítidas vantagens sobre o presidencialismo. A mais importante delas é a de que o presidente da República fica de certo modo preservado e com ele as instituições republicanas. Os erros e omissões do governo no campo da administração pública recaem quase exclusivamente sobre o primeiro-ministro e seu ministério. A substituição de um gabinete por outro se processa normalmente, sem traumas institucionais. Ao contrário do que sucede com o presidencialismo na América Latina. A queda de um governo no regime presidencialista é quase sempre seguido de uma interrupção no processo democrático.

Mas o parlamentarismo para sobreviver precisa de partidos fortes, do que ainda carecemos. Outra exigência do parlamentarismo relaciona-se diretamente com a existência no país de uma burocracia estável e selecionada, cuja ascensão na carreira se processa obedecendo a critérios exclusivamente profissionais. Para tornar viável a existência dessa burocracia, recomenda-se a necessidade da Constituinte estabelecer o concurso público como norma para preenchimento de toda e qualquer função de carreira no serviço público. Todos os funcionários da União passariam a ser estatutários, acabando-se de vez com o servidor CLT.

Mudança

É possível que o presidente Sarney desista de fazer a ampla reforma ministerial ansiosamente aguardada pelos políticos. Não foi das mais edificantes a última experiência pessoal do presidente Sarney, ao realizar a reforma ministerial do início do ano passado. Ele sofreu pressões e contra-pressões políticas quase irresistíveis de todos os grupos e correntes. No período que antecedeu a reforma ministerial houve dias em que o presidente se encontrava esgotado mental e fisicamente. Não se descarta, no entanto, a possibilidade de que o presidente faça substituições isoladas no Ministério, de acordo com as necessidades políticas do seu governo ou por exigência da administração.

O Brasil e o FMI

O governo brasileiro espera dentro de no máximo três meses ter concluído um entendimento com os banqueiros internacionais em torno da dívida externa. Quanto às especulações veiculadas pelos jornais de que o Brasil poderia voltar ao FMI, ela é totalmente descartada.